



EDITORIAL

A Revista do Desenvolvimento Regional - REDES tem a satisfação de apresentar o volume 25, número 03, referente ao período de setembro/dezembro de 2020. O presente número traz como destaque o dossiê temático **Governança Territorial e Desenvolvimento Regional: Tipologias, Processos e Repercussões nos territórios**, além de um conjunto de outros artigos que abordam distintos temas relativos ao campo do desenvolvimento regional.

O presente Dossiê temático é constituído de um conjunto de dezesseis artigos que, de modo distinto, desenvolvem a reflexão teórica e metodológica e que apresentem resultados de pesquisas empíricas sobre:

O objetivo deste Dossiê temático foi divulgar a produção científica resultante de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores estrangeiros e brasileiros sobre diferentes formas, processos e experiências de governança territorial em sua relação com as dinâmicas e com as políticas de desenvolvimento regional.

O presente dossiê reúne um conjunto de dezesseis artigos cujos os autores pesquisadores atuam no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e a partir de diferentes olhares disciplinares, desenvolveram trabalhos com distintas abordagens teóricas e metodológicas, apresentando análises e reflexões sobre as relações entre a governança territorial e o desenvolvimento regional. Os trabalhos abordam as formas de organização, as dinâmicas de funcionamento, os processos de implementação de sistemas de governança territorial, e suas repercussões em territórios de diferentes regiões e países. Também analisam processos de governança territorial em sua relação com as ações e políticas de planejamento e desenvolvimento regional, em diferentes escalas espaciais.

Os artigos do dossiê estão agrupados em três blocos. O primeiro bloco de artigos tem como tema as **Condições estruturais de governança e as relações de coordenação interinstitucional (Polity)**.

Abrindo esse primeiro bloco temos o artigo dos autores **Bernard Elissalde e Frédéric Santamaria** intitulado DÉPASSER L'APPROCHE DE LA GOUVERNANCE TERRITORIALE DES PROJETS D'AMÉNAGEMENT PAR LA PARTICIPATION. L'EXEMPLE DE LA FRANCE. Nele, os autores, com base na observação da gravidade da situação colocada pelos conflitos de planejamento territorial verificados na França, desenvolvem uma reflexão sobre o aparente paradoxo da governança territorial neste país. Rompendo com décadas de centralismo, a França desenvolveu reformas territoriais e órgãos de consulta a fim de melhorar o ajuste entre territórios funcionais e institucionais sem conseguir melhorar as relações entre os atores políticos e a sociedade civil.

No artigo O CONTEXTO DO FEDERALISMO BRASILEIRO: POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL VIA CONSÓRCIOS PÚBLICOS, os autores **Fernando César de Macedo e Rosangela dos Santos Alves Pequeno** abordam os mecanismos de cooperação intergovernamental, instrumentalizados pelos consórcios públicos, a fim de verificar sua atuação e espacialidade em dimensão regional. A problemática tratada parte das mudanças econômicas ocorridas a partir da década de 1990, que fizeram vir à tona a fragilidade do “pacto federativo” brasileiro, dada a perda de capacidade financeira e de articulação entre os governos subnacionais.

Já os autores **Ricardo Serra Borsatto, Wolney Felipe Antunes Junior e Vanilde Ferreira Souza-Esquerdo**, no artigo TERRITÓRIO, ARRANJOS INSTITUCIONAIS E OS DESAFIOS PARA A GOVERNANÇA TERRITORIAL: APONTAMENTOS DO TERRITÓRIO SUDOESTE PAULISTA (SP) abordam o tema da conformação de arranjos institucionais mais localizados, de caráter territorial. O artigo assinala a possibilidade de coexistência em um mesmo território da coexistência e atuação de diferentes organizações institucionais, cada qual com suas agendas de desenvolvimento. Os autores analisam através do caso do território Sudoeste Paulista, a atuação dos seus arranjos, bem como as relações e articulações entre eles, numa suposta dinâmica de governança territorial.

No artigo PROPIEDAD COMUNAL, ASOCIACIONES CIVILES Y GOBERNANZA TERRITORIAL. LAS RESPUESTAS DE COMUNIDADES EN DEFENSA DE LOS BIENES COMUNES EN SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA, as autoras **María Victoria Suarez e Ana Eliza Villalba** abordam as representações, motivações e lógicas comportamentais apresentadas por instituições públicas e sujeitos rurais que convivem em sistemas comunitários em Santiago del Estero, Argentina. Analisam as estratégias de adaptação/resistência/subsumo dos sujeitos em defesa dos bens comuns que participam dos processos de produção e comercialização, e a institucionalidade que resulta desses encontros para sustentar a governança desses bens e do território como um todo.

Os autores **Juçara Spinelli e Lucas Ponte Mesquita** em seu artigo DO POLICENTRISMO AS COOPERAÇÕES INTERMUNICIPAIS: ESTUDOS EM REGIÕES DE BAIXA DENSIDADE DEMOGRÁFICA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL analisam a aplicação dos conceitos de policentrismo e de áreas funcionais urbanas em regiões de baixa densidade demográfica do Sul do Brasil. Assinalam dificuldades na visualização de estruturas urbano regionais policêntricas na região norte do Rio Grande do Sul (RS), em razão do processo de redução populacional das pequenas cidades e da reestruturação produtiva atual desta rede urbana.

Fechando esse primeiro bloco de artigos do dossiê o autor **Wilson Bento Figueiredo Filho**, em seu artigo ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA: MAIS INÉRCIA INSTITUCIONAL E MENOS MODERNIZAÇÃO POLÍTICA, analisa alguns resultados da pesquisa “Governança territorial no Brasil: especificidades institucionais, lógicas espaciais e políticas de desenvolvimento”, guiado pela seguinte questão: as estruturas de governança reforçam a inércia institucional ou, pelo contrário, são indícios de modernização política? A partir da análise dos dados o autor assinala que a cooperação e a participação são truncadas no âmbito das estruturas durante o período estudado (2002-2014), sugerindo que o seu funcionamento pode ser caracterizado mais pela inércia institucional e menos pela modernização política.

O segundo bloco de artigos do dossiê trata da temática da **Governança das Políticas (Policies)**.

Iniciando esse segundo bloco temos o artigo TESTING COMPARATIVE SPATIAL PLANNING STUDIES IN THE LATIN AMERICAN CONTEXT: THEORETICAL IMPLICATIONS AND CHALLENGES FOR REGIONAL DEVELOPMENT, dos autores **Francesca Blanc e Giancarlo Cotella**. Nele os autores analisam as implicações teóricas e os desafios que emergem quando se aplicam no Sul Global estruturas conceituais e analíticas de planejamento territorial, desenvolvidas no Hemisfério Norte. o artigo sugere considerar as práticas informais paralelamente às formais, como uma maneira de entender melhor os elementos que estruturam os sistemas de planejamento territorial e governança no Sul Global. Assinalam ainda que a realização de estudos comparativos de planejamento territorial na América Latina pode oferecer um valor agregado ao desenvolvimento regional, estabelecendo uma agenda regional para um planejamento do território mais integrado e cooperativo.

Por sua vez, autora **Mariana Schweitzer**, no artigo LA PRODUCCIÓN DE LA DESIGUALDAD TERRITORIAL EN ARGENTINA analisa, com base nos conceitos de concentração, primazia e macrocefalia urbana, os processos de produção do território e de concentração territorial em torno da área central do país, de primazia urbana e macrocefalia da Grande Buenos Aires, que junto com a Grande Rosário e a Grande Córdoba, concentram mais de 40% da população da Argentina. Os planos e projetos de políticas públicas que tentaram e ainda tentam influenciar a heterogeneidade e desigualdade territorial são revistos, sob a premissa de que encontram limites dentro do sistema e do projeto político em vigor. Para a autora, nos últimos anos embora tenha havido grandes transformações, incluindo a institucionalização do planejamento urbano e da gestão de terras, as realizações foram limitadas e não foram capazes de mudar substancialmente tal situação.

No artigo AVALIAR A GESTÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA TERRITORIAL: BRICOLAGEM, APRENDIZAGEM E HIBRIDAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO SOCIAL (IGS), os autores **Marc Piraux, Mireya E. Valencia Perafán, Marcio Caniello e Betty Nogueira Rocha** abordam a gestão social, enquanto principal eixo estruturante do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) implementado, entre 2003 e 2016, pelo o governo federal brasileiro. Os autores assinalam que a gestão social constituiu o marco orientador do PRONAT e o ciclo de gestão social buscava organizar os processos de participação, coordenação, gestão e controle social das políticas públicas pelos atores territoriais. Os autores discutem os referenciais teóricos que orientaram a construção do IGS, apresentam a trajetória da metodologia de avaliação e dos sistemas de monitoramento e avaliação associados e caracterizam as dimensões que constituem esse índice.

Os autores **Francisco Raniere Moreira da Silva e Diego Coelho do Nascimento** em seu artigo FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM E GOVERNANÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI, abordam o processo de institucionalização da governança metropolitana face às transformações decorrentes do Estatuto da Metrópole (Lei n. 13.089/2015) e seus reflexos nas dinâmicas de desenvolvimento regional. O objetivo dos autores nesse trabalho é analisar o percurso de construção dos arranjos institucionais de governança interfederativa e os mecanismos de definição e execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri).

O artigo seguinte é TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E MOBILIDADE: A RELEVÂNCIA DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA, da autora **Erika Cristine Kneib**. A autora analisa as relações entre governança interfederativa e transporte coletivo no contexto brasileiro, procurando entender como a governança impacta a qualidade do transporte coletivo, assim como sugerir elementos que contribuam para o enfrentamento dos problemas e para a qualidade deste serviço.

Nesse segundo bloco também temos dois artigos que abordam o tema da **Governança da Água**. O artigo, GESTÃO DAS ÁGUAS E GOVERNANÇA: PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA DE 1999 A 2019, os autores **Cristiane Mansur de Moraes Souza, Oklinger Mantovaneli Junior, Camila Cristina Rosa e Patrícia Dornelles de Aguiar** analisam as tendências e padrões de pesquisa sobre o tema governança com ênfase na gestão das águas no Brasil nos últimos 20 anos, e discutem como a gestão eficiente dos recursos hídricos pode contribuir com o desenvolvimento regional. A análise centrou-se na identificação das principais referências teóricas e as temáticas fundamentais abordadas nos estudos selecionados pela pesquisa bibliográfica. A partir da análise dos artigos publicados com essa temática, os autores buscaram compreender o papel da governança no que tange à gestão dos recursos hídricos no Brasil e o papel da sociedade civil nesse processo. Os resultados encontrados demonstram que existe um alto interesse da comunidade científica nesta área, sinalizando uma busca pelo aprofundamento dos conhecimentos e da base conceitual sobre o tema.

Fechando esse segundo bloco do dossiê, temos o artigo A GOVERNANÇA POLÍTICA NO COMITÊ DE BACIA DO RIO PARAGUAÇU, dos autores **Heleni Duarte Dantas de Ávila, Jucileide Ferreira do Nascimento, Maria Gorete Borges Figueiredo e Jéssica Bastos Sampaio**. Os autores analisam os resultados da pesquisa, em fase de finalização, Governança Territorial no Brasil: especificidades institucionais, lógicas espaciais e políticas de desenvolvimento, nos estados: Bahia, Minas Gerais e São Paulo. O artigo identifica e analisa os processos políticos, de construção de acordos sócio-políticos hegemônicos e contra hegemônicos, no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, buscando as redes de poder e tomando como base o pensamento do filósofo italiano Antônio Gramsci. Os autores identificaram no referido Comitê a presença de um bloco dominante, composto pelos usuários da água; a inexistência de um bloco contra hegemônico, capaz de se contrapor ao bloco dominante; a presença de forças isoladas (composta por representantes da sociedade civil) e com uma frágil articulação, conseguindo em alguns momentos, ir para o embate político e disputa de posições, porém com tímidas vitórias.

No terceiro bloco de artigos temos o tema da **Governança para o Desenvolvimento Econômico Regional**.

Abrindo esse bloco, temos o artigo LA POLÍTICA CLUSTER EN ARGENTINA TRAS EL QUIEBRE CON EL NEODESARROLLISMO: TERRITORIALIZACIÓN DE EXPERIENCIAS EN LA ACTIVIDAD PECANERA Y LECHERA, de autoria de **Martín Seval, Martín Alberto Carné, Carina Lucila Davies e Víctor Ramiro Fernández**. Nele, os autores assinalam que desde meados dos anos 2000, o Estado nacional argentino vem divulgando uma estratégia de desenvolvimento regional baseada no conceito de cluster, que surgiu em um contexto neo-desenvolvimentista, e mantida após a revisão e crítica deste tipo de envolvimento estatal. Através da análise dessa política de cluster os autores problematizam a persistência de uma de suas "falhas originais": a dificuldade de definir a territorialização dos casos que ela promove. Isto significa um desafio teórico e metodológico que toma como estudos de caso duas experiências de cluster na produção agrícola: a pecan e a láctea. Os autores assinalam que em ambos os casos, por um lado, pode-se observar que a territorialização implantada difere da apresentada nos programas, em termos de seu escopo e lógica. E, por outro lado, verificam as limitações que esta territorialização tem para garantir a reprodução dos atores regionais.

No artigo POLICY MIX E GOVERNANÇA MULTINÍVEL: DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORDESTE, os autores **Carolina Bagattolli e Almir Cléydison Joaquim da Silva** abordam o tema das políticas de desenvolvimento regional, destacando que a formulação e implementação destas políticas podem resultar em interações de políticas complementares, sobrepostas ou neutras. Isso aponta para a existência de um conjunto de interações complexas que envolvem tanto diferentes atores quanto fatores técnicos, políticos, econômicos e sociais. Os autores analisam a implantação do Polo Automotivo da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) no Nordeste buscando identificar qual a rede de políticas, as racionalidades, domínios, instrumentos e atores que contribuíram para a instalação da montadora de veículos no município de Goiana, região da mata norte do Estado de Pernambuco, na região Nordeste do Brasil.

Fechando esse terceiro e último bloco do dossiê temos o artigo dos autores **Vanessa Marzano Araujo e Délcio Pereira Fortes**, intitulado O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA MODA DE ESPINOSA/MG: UMA TRAJETÓRIA INESPERADA. Nele os autores abordam o Arranjo Produtivo Local (APL) do vestuário em Espinosa – MG e seu impacto na dinamização da economia da região. Os autores identificam a existência de relações e cooperação entre as empresas e os principais elos que participam do processo produtivo. O APL da Moda, como é conhecido, está localizado no extremo norte de Minas Gerais, região semiárida distante dos grandes centros industriais e comerciais brasileiros, exercendo segundo os autores forte impacto na economia regional, através da criação de empregos,

distribuição de renda, geração de conhecimento. Os autores também identificaram a existência de fragilidades nas ações coletivas e formas de cooperação institucional que ainda precisam ser aprimoradas com o envolvimento de todos os agentes que compõem a governança do APL.

Na outra seção deste número, denominada “**Artigos Gerais**”, temos um conjunto de oito outros artigos que abordam temas variados, mas convergentes com a temática do desenvolvimento regional.

Abrindo essa segunda seção temos o artigo, OS 25 ANOS DO PPGDR-UNISC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL, cujos autores são **Rogério Leandro Lima da Silveira, Mizaél Dornelles, Helena de Moura Vogt e Carlos Staviski Júnior**. Os autores abordam o processo de criação e consolidação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul que em 2019 completou 25 anos de existência. Os autores analisam a trajetória do PPGDR e sua contribuição para a estruturação da área de conhecimento em planejamento urbano e regional-demografia no Brasil, apresentam uma visão geral das dissertações e teses defendidas nesse período, e o perfil multidisciplinar e a inserção social e profissional dos seus egressos, demonstrando a trajetória e os resultados alcançados nesse período.

No artigo EL DERECHO A LA CIUDAD COMO DERECHO EMERGENTE E INNOMINADO EN EL ORDENAMIENTO JURÍDICO COLOMBIANO, o autor **Carlos Alberto Gnecco Quintero** defende a tese de que o direito à cidade pode ser exigido no sistema jurídico colombiano, em termos de direitos emergentes e sem nome, por meio de uma série de normas e instrumentos reconhecidos pelo sistema jurídico colombiano, apesar de não ser positivo. Nesse sentido, por meio de um método de análise-síntese, o autor conclui que a Lei 9 de 1989, a Constituição Política de 1991, a Lei 388 de 1997, os planos de uso da terra (POT) e planos de desenvolvimento desenvolveram ou permitem desenvolver o conteúdo normativo e urbanístico do direito à cidade.

As autoras **Mónica Beatriz Castro e Analía Laura Emiliozzi** em seu artigo EL BIOETANOL EN BASE A MAÍZ Y SU INSERCIÓN EN CADENAS DE VALOR EN LA PROVINCIA DE CÓRDOBA, ARGENTINA, abordam o tema da produção de biodiesel e bioetanol na Argentina que começam a ganhar terreno naquele País, a partir de políticas de promoção, implementadas no início do segundo milênio. Destacam nessa análise a Província de Córdoba, onde dois terços do bioetanol à base de milho são produzidos e cujo principal destino da produção é o mercado interno argentino. Os autores analisam, notadamente na sob a ótica do desenvolvimento territorial, as cadeias de valor existentes, as possibilidades apresentadas pela produção de biocombustíveis para o desenvolvimento territorial, identificando os atores que podem influenciar a expansão desse mercado.

No artigo, PLANOS, PROJETOS URBANOS E REDES: OS DISTRITOS TECNOLÓGICOS DE ZORROZAURRE (BILBAO) E PARQUE DOS PATRÍCIOS (BUENOS AIRES), NO CONTEXTO METROPOLITANO, os autores **Eunice Helena Sguizzardi Abascal e Carlos Abascal Bilbao** destacam que o desenvolvimento em rede da economia em âmbito urbano-regional, impõe a questão de como as cidades vêm enfrentando o esvaziamento e a disfuncionalidade econômica, fruto de processos de desindustrialização ou de uma nova localização industrial periurbana, e de como tais fenômenos são compreendidos pelo planejamento e enfrentados por planos e projetos urbanos. Para tanto, os autores discutem a concepção de planos e projetos urbanos, sobretudo dos parques tecnológicos urbanos, a fim de alcançar novas expressões da economia e atração de empresas de TIC em centros urbanos com áreas em deterioração, a exemplo dos projetos para Zorrozaurre (Bilbao, Espanha) e Parque dos Patrícios (Buenos Aires, Argentina). Os resultados evidenciam as relações de planos e projetos urbanos com áreas periurbanas e regiões metropolitanas, o papel dos projetos urbanos para a economia urbano-regional em rede, seus principais ganhos e

descompassos, e desafios à atividade planejadora para atender às carências socioterritoriais em áreas em transformação.

Os autores **Jane Azevedo de Araújo, Raquel Franco de Souza** em seu texto **UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS PERCEPÇÕES SOBRE A DESERTIFICAÇÃO ENTRE HABITANTES DAS ÁREAS RURAL E URBANA EM UM MUNICÍPIO DE REGIÃO SEMIÁRIDA NO BRASIL**, realizam uma análise comparativa das percepções sobre desertificação entre a população rural e a urbana no município de Parelhas, pertencente ao Núcleo de Desertificação Seridó, localizado na região semiárida do estado do Rio Grande do Norte.

Já o artigo **A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA (RS)**, de autoria de **Rita Inês Paetzhhold Pauli, Kelen Steindorf, Sibeles Vasconcelos de Oliveira e Luana Sanfelice Marinho**. As autoras analisam as particularidades operacionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas municipais de Santa Maria (RS), através do uso da bibliografia acerca da segurança alimentar e nutricional (SAN), e de informações obtidas a partir da aplicação de questionários estruturados e semiestruturados, contendo as percepções de atores institucionais, diretamente envolvidos nos processos de compras e venda dos alimentos e de sua distribuição nas escolas. As autoras concluem que o PNAE vem se desenvolvendo de acordo com as diretrizes do programa, porém para atender de forma mais incisiva aos princípios da SAN necessita promover alterações qualitativas nos alimentos da merenda escolar, passíveis de melhoria a partir do estímulo de fatores da oferta, e dos elementos infraestruturais das cozinhas, além de incursões na educação alimentar.

Os autores **Chaiane Leal Agne e Paulo Dabdab Waquil**, no artigo **POLÍTICAS PÚBLICAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS: AS TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL**, analisam o papel que os programas e as políticas públicas surgidas a partir dos anos 1990 com o objetivo de reger a produção e a comercialização de alimentos dos agricultores familiares, exercem no processo de mudança na interpretação e conduta das famílias que industrializam alimentos. O artigo apresenta resultados da pesquisa realizada em quatro regiões do Rio Grande do Sul (Coredes: Hortênsias, Jacuí Centro, Sul e Vale do Rio dos Sinos), e que envolveu a realização de entrevistas com 64 famílias (agricultores familiares) que processam alimentos. As famílias foram divididas em 4 grupos (trajetórias), que mostram as diferenças nas formas como iniciaram e modificaram tecnicamente as suas atividades de industrialização. Tais mudanças são explicadas pelo processo de operacionalização dessa política pública, que demanda novas formas de organização social e coletiva.

Concluindo o presente número da Revista Redes temos o artigo de **Marcio Gazolla e Marlise Lovatel**, intitulado **NOVIDADES CONSTRUÍDAS NO SISTEMA DE PRODUÇÃO DO LEITE ORGÂNICO NA REGIÃO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA**. Os autores analisam as motivações dos agricultores familiares em moverem-se em sua trajetória histórica do sistema moderno de produção para o ecológico e analisar as novidades construídas em torno do leite orgânico, através de pesquisa desenvolvida na Região Extremo Oeste Catarinense, com abrangência em nove municípios. A análise centra-se no sistema de produção especialmente do leite orgânico, demonstrando a capacidade dos atores sociais envolvidos em fazer valer sua agência, construindo novos processos, conhecimentos, adaptações e tecnologias, as quais oportunizam transições no regime sociotécnico agroalimentar, que geraram maiores níveis de autonomia e sustentabilidade ambiental as práticas sociais. Os autores concluem que as motivações dos agricultores para adentrarem ao sistema de produção orgânico e os diversos processos inventivos, caracterizados como novidades produtivas, ambientais e tecnológicas que melhoraram aspectos econômicos, ambientais e sociais das famílias, criando novos espaços e estratégias sustentáveis em torno dos alimentos orgânicos na região estudada.

Nossos agradecemos aos editores convidados que organizaram esse Dossiê Temático de Redes e aos pareceristas que participaram da avaliação externa dos artigos que compõem esse número da revista. Desejamos a todos os nossos leitores uma boa leitura e reflexão.

Santa Cruz do Sul, setembro de 2020.

Joaquín Farinós Dasi (Universidad de Valencia – Valencia - Espanha)

Liliana Estupiñan Achury (Universidad Libre de Colombia – Bogotá - Colômbia)

Rogério Leandro Lima da Silveira (Universidade de Santa Cruz do Sul - Santa Cruz do Sul – RS - Brasil)

Editores do Dossiê **Governança Territorial e Desenvolvimento Regional: Tipologias, Processos e Repercussões nos territórios**

Rogério Leandro Lima da Silveira (Universidade de Santa Cruz do Sul - Santa Cruz do Sul – RS - Brasil)

Erica Karnopp (Universidade de Santa Cruz do Sul - Santa Cruz do Sul – RS - Brasil)

Editores da Revista REDES